

FEDERAL SENATE

OF BRAZIL
MANAGEMENT REVIEW

2ª Edição

INÍCIO

**QUALIDADE DE
VIDA**

**SENADO PARA
TODOS**

**SENADO
FEDERAL:
UMA VISÃO
GERAL**

**TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO**

**AÇÃO
SOCIAL**

**COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

**PROMOVENDO
INCLUSÃO SOCIAL**

**BOAS
PRÁTICAS**

ficha técnica

Senado é convidado a integrar Conselho Consultivo da ONU para apoiar desenvolvimento de sistema de gestão de documentos

Na década de 90, houve grande crescimento no interesse pela padronização de informações legislativas na Europa. Criou-se, em 1998, por meio da principal organização de padronização da rede mundial de computadores, a World Wide Web Consortium, uma nova linguagem chamada Extensible Markup Language (XML). Seu propósito era facilitar o compartilhamento de dados por meio da internet.

Surgiu, assim, o LexML (*lex*, como lei em latim, e ML, do inglês Markup Language), iniciativa conjunta de países do sistema jurídico romano-germânico que buscavam o estabelecimento de padrões abertos para intercâmbio de identificação e estruturação de informações legislativas e jurídicas.



No Brasil, a Rede de Informação Legislativa e Jurídica - LexML-BR foi uma iniciativa da Comunidade TI Controle e a sua implementação tem sido liderada pelo Senado Federal desde o seu lançamento em 2009. Inspirada no portal Norme In Rete, desenvolvido pela Itália, o projeto brasileiro disponibiliza em um único local leis, decretos, acórdãos de tribunais, súmulas, projetos de leis e documentos das esferas federal, estadual e municipal dos três poderes do Brasil.

O governo brasileiro inovou, ainda, divulgando as doutrinas e adaptando toda a tecnologia de identificação e estruturação de normas jurídicas para a técnica legislativa do Brasil.

Ao reunir de forma organizada a legislação, a doutrina e a jurisprudência, o portal oferece às casas legislativas e à sociedade um acervo rico de informações.

Por exemplo, um cidadão brasileiro, em qualquer região do país, poderá acessar, em um banco de dados nacional na rede, as legislações feitas pelo município ou estado onde vive, ou ainda, pela união.

Os ganhos com esse mecanismo não param por aí. As ferramentas de software livre desenvolvidas pelo Projeto LexML permitem realizar a gestão da informação



jurídica, ao possibilitar a estruturação e a identificação de cada dispositivo do texto modificado. Isso é importante tanto para o processo legislativo, pois a discussão das proposições legislativas considera sempre o estoque de normas vigentes, como para o cidadão, que é o titular do direito de acesso à informação.

Com cerca de 5 milhões de acessos, a tecnologia indexadora do Sistema LexML disponibiliza gratuitamente, a qualquer momento e em qualquer lugar, aproximadamente 8 milhões de documentos.

No dia de seu lançamento, o portal possuía apenas 1,2 milhão de documentos.

Recentemente, o Projeto LexML iniciou uma nova etapa, que permitirá criar de forma semiautomática todas as versões de uma determinada norma numa linha do tempo, possibilitando o acompanhamento de sua evolução temporal.

Ao desenvolver o esquema de identificação e estruturação de normas jurídicas para o Brasil, baseando-se em alguns projetos europeus e contribuindo de forma direta com a evolução da área, o Senado Federal brasileiro recebeu convite do Comitê de Alto Nível sobre

Gestão das Nações Unidas para participar do Conselho Consultivo do órgão. O Conselho irá apoiar grupo de trabalho na elaboração de ferramenta de comunicação entre sistemas de informação, viabilizando a comunicação de dados entre várias instituições produtoras de conteúdos legislativos.



Itália, África do Sul, Uruguai, Paraguai e Estados Unidos também estão colaborando.

Utilizando a mesma abordagem que está sendo aplicada no Senado Federal para a estruturação e identificação dos dispositivos de normas jurídicas, a ferramenta terá por finalidade gerir os documentos provenientes das quinze agências e da Assembleia Geral da ONU, ao mesmo tempo em que permitirá realizar a gestão da informação e aprimorar a transparência do processo de formulação dos documentos normativos do organismo internacional.



LEX ML

Um dos criadores do LexML, o servidor do Senado João Lima, explica a importância do projeto para o Brasil e para as Nações Unidas:

“O convite das Nações Unidas é por si só um reconhecimento da tecnologia desenvolvida pelo Prodasen para a área legislativa. Investimos anos de constante pesquisa e desenvolvimento em Legimática no Senado Federal. Apesar de pequena, a equipe do Projeto LexML alcançou um grau de excelência cujos resultados estão sendo compartilhados com outras instituições, não só no Brasil e no exterior. Ao mesmo tempo, a participação nesse grupo nos motiva e possibilita um aprimoramento ainda maior dos serviços que prestamos ao Senado Federal de forma específica e às demais instituições que se preocupam em gerir seu estoque de normas.”



FOTO: MARCOS OLIVEIRA | AGENCIA SENADO

Senado lança o Siga Brasil Painéis, que facilita consultas sobre o Orçamento da União

A transparência dos atos públicos é um fator essencial na interlocução do Estado com o cidadão. É dessa forma que ele pode certificar-se do uso correto dos seus impostos, assim como avaliar se seus dirigentes eleitos estão cumprindo da forma correta o que foi definido em campanha.

Foi nesse contexto que o Senado Federal do Brasil desenvolveu o sistema de informações que viria a se tornar, rapidamente, um importante veículo para o empoderamento da sociedade em sua interlocução com o governo, nos assuntos relacionados a orçamento e finanças.

Trata-se do sistema SIGA Brasil, que integra em um único repositório de dados as informações constantes em vários sistemas federais de gerenciamento do orçamento público. Portanto, qualquer indivíduo, por meio da Internet, tem a possibilidade de acesso amplo e facilitado a diversas bases de dados sobre planos e orçamentos públicos federais.

O sistema permaneceu sob uso exclusivo dos consultores de orçamento do Senado e Câmara até o ano de 2004, quando foi disponibilizado para toda a sociedade.

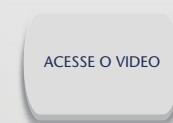
Antigamente, os próprios órgãos governamentais e principalmente a sociedade brasileira tinham dificuldades na obtenção de informações simples, como a arrecadação de receita, a execução de despesas e das próprias emendas parlamentares, haja vista que essas informações eram esparsas.

Acessando a página do Siga Brasil, há ainda uma ferramenta bastante interativa e relativamente fácil de usar chamada Siga Brasil Painéis. Para alguns seria a segunda geração do Siga Brasil.

Utilizando diferente tipo de tecnologia, o SIGA Brasil Painéis é composto por interfaces gráficas e interativas que permitem análises plurianuais e pesquisas por palavras-chave na base de dados do SIGA Brasil.

Assim, é possível realizar pesquisas e relatórios com quase todos os dados disponíveis no sistema.

O Siga Brasil Painéis está dividido em três: Painelele cidadão – nele é possível pesquisar despesas do orçamento da União por assunto, de forma simples e intuitiva, sem a necessidade de conhecer as classificações orçamentárias; Painelele emendas – direcionado especialmente para a execução de emendas impositivas dos parlamentares e bancadas; e Painelele especialista – para um público mais avançado e com algum conhecimento em orçamento.



A consultora-geral de orçamento do Senado, Ana Cláudia, que na foto abaixo está com sua equipe, explica um pouco do funcionamento da ferramenta.



“É só digitar o tema que interessa pesquisar, por exemplo creche ou Minha Casa, Minha Vida. E o resultado aparece na tela. A grande diferença é que o cidadão não precisa conhecer as classificações orçamentárias, que são exigidas na pesquisa pelo painel dos especialistas.”

O SIGA Brasil foi destaque do relatório e-Parliament da ONU em 2008 e recebeu o prêmio Brasil de Tecnologia da Informação e Comunicações em 2007. Foi também apresentado na World e-Parliament Conference 2009, realizada na cidade de Washington (EUA), em evento promovido pela Organização das Nações Unidas, Câmara dos Representantes dos Estados Unidos e União Interparlamentar, que reúne a comunidade mundial de parlamentos.

Além de ser premiado e reconhecido internacionalmente, o Siga Brasil serviu de exemplo para outros países. Um deles foi a Sérvia, que desenvolveu e já lançou sistema semelhante, contando com ajuda de servidores do Senado brasileiro.

No portal também é possível ver uma série de vídeos do projeto Orçamento Fácil, cuja finalidade é aprender de maneira didática sobre o orçamento do Brasil. Cabe ressaltar que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) adaptou este projeto para o orçamento da Angola.

O Siga Brasil Painéis pode ser encontrado no Portal do orçamento no site do Senado Federal, que fornece, além da interface simplificada que facilita o acesso ao cidadão, um boletim mensal chamado Monitor Fiscal, que publica informações didáticas, com interface gráfica, de acompanhamento da situação das contas públicas no governo federal, em parceria com a Câmara dos Deputados.

Todas essas ferramentas encontradas no sistema permitem uma grande mobilidade, podendo ser acessadas por tablets e smartphones, em um só lugar, que é o portal do orçamento público que se encontra na página do Senado Federal.



Aposentados cada vez mais perto do Senado

Aposentar-se após décadas de dedicação não é algo fácil. Para muitos, o ambiente de trabalho chega a ser uma segunda casa, onde se constroem laços afetivos que permanecem por toda a vida.

Merecedores de toda atenção e respeito pela trajetória dedicada ao serviço público e ao país, os aposentados do Senado Federal têm sido chamados para, novamente, participar da vida institucional. Durante sua gestão, a Diretora-Geral, Ilana Trombka, percebeu a necessidade de maior interlocução com aposentados e pensionistas. A ideia era fazer uma administração baseada no consenso, no diálogo e na empatia, e não em políticas de gabinete. Pensando nisso, uma série de ações foram planejadas ao longo desses últimos dois anos para aproximar o servidor aposentado. Desde então, algumas iniciativas foram criadas e seus resultados têm se mostrado muito positivos. Entre elas, vale destacar:

- criação de e-mail institucional para os servidores aposentados, o que lhes permitiu uma comunicação mais fluida com o Senado;
- possibilidade de atuação como facilitadores de aprendizagem em curso de capacitação permitindo-lhes transmitir o conhecimento adquirido ao longo da carreira;

- organização de encontros mensais para celebrar os aniversariantes do mês, durante os quais são oferecidos serviços de saúde do próprio Senado Federal, bem como recadastramento anual e atualização cadastral. Além de todos esses benefícios, há, ainda, um motivo mais que suficiente para participar desse movimento: o reencontro com velhos amigos.



Imagem divulgação





O servidor aposentado e ex-Diretor da Gráfica do Senado Federal Florian Madruga comenta sua experiência na Casa e a relação com a instituição hoje.

“No momento que a direção toma uma iniciativa dessas de abrir um espaço próprio para o aposentado em um ambiente muito acolhedor e muito tranquilo, onde ele pode se reencontrar com seus colegas, isso realmente é muito bom. Passei por essa experiência depois que me aposentei e gostei muito. O aposentado tem um patrimônio fabuloso, que é o acúmulo de experiência que ele adquiriu durante os anos em que ele esteve trabalhando. Então ele guarda esse banco de dados na sua memória e pode continuar atendendo as demandas da Casa quando for acionado, para que possa colaborar naquilo que for preciso.”

Uma vez restaurado o sentimento de pertencimento ao local onde o servidor passou boa parte de sua vida, o ganho em sua qualidade de vida e relacionamento com a instituição é notório. O Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Paulo Meira, comenta a repercussão dos encontros:

“Os aposentados têm-se manifestado muito positivamente, a cada nova edição do evento. Eles dizem que vivem “um outro momento” com a atual gestão da Casa, sentem-se prestigiados e valorizados pela Diretoria-Geral e pelo Senado. Sentem-se incluídos novamente.”



Ações para toda a família

Quando criança, as dúvidas sobre a profissão e o ambiente de trabalho da mãe ou do pai costumam ser frequentes. Alguns sabem bem qual é a função dos pais, outros não entendem o motivo de eles passarem um tempo fora de casa. Pensando nisso, o Senado Federal vem-se dedicando ao longo dos últimos anos, para que seus funcionários possam levar suas famílias para passar o dia juntos no parlamento. Além de despertar a curiosidade dos familiares, a intenção é promover a interação familiar dos colaboradores, oferecendo muita diversão e transmitindo valores importantes para os envolvidos.

Um dos encontros mais tradicionais tem sido realizado em outubro, mês em que se comemora o Dia das Crianças no Brasil. Nesse período, a Diretoria-Geral produz uma série de atividades cívicas e de entretenimento voltadas aos filhos dos servidores e prestadores de serviço da Casa. Ao longo desse dia, as crianças e adolescentes têm a oportunidade de visitar o Congresso Nacional e aprender mais sobre o funcionamento do Poder Legislativo brasileiro. Aproveitam ainda para conhecer o ambiente de trabalho dos pais.



Fonte: Marcos Mateo de Infante



A servidora Fabrisia Garcia, que trouxe seu filho Davi, de cinco anos, conta que o pequeno já demonstra interesse pelos assuntos do parlamento.



“Ele sempre quis saber onde trabalham deputados e senadores. Acho que, por eu trabalhar no Senado e o pai dele na Câmara, ele já se interessa muito por esse universo.”

Outros projetos também são realizados durante o ano. É o caso das parcerias feitas entre o Viveiro do Senado, para educação ambiental, e o Restaurante-Escola, para aulas de culinária. Durante as férias escolares, há uma oficina de educação ambiental voltada para crianças.

Pais e até avós, funcionários do Senado Federal, levam seus filhos e netos até o viveiro do Senado para aprender sobre reciclagem e compostagem de lixo e preparo da terra para o plantio, além de ouvirem histórias divertidas.

A atividade visa a trazer as crianças para um contato direto com a natureza. O Viveiro do Senado é uma construção sustentável concebida a partir de duas premissas básicas: produzir plantas para a implantação e manutenção dos jardins da Casa e minimizar as emissões de CO² da instituição.



Fotos: Maria Gayer/Núcleo de Inovação



Camila Hummel, do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais, que orientou as crianças na realização das tarefas, explica a ação:



"A iniciativa de fazer esta atividade de educação ambiental, aproveitando um momento importante durante as férias, foi para que as crianças entrassem em contato com a natureza. Para que tivessem a possibilidade de aprender sobre o plantio, a reciclagem, o ciclo da água, e fazerem atividades práticas divertidas."

A servidora Dinamar Rocha, que participou com sua filha, Ana Sofia, de 4 anos, comenta a iniciativa:



"A atividade é muito interessante, tanto para conhecermos o trabalho desenvolvido pelo Viveiro, quanto para que nossos filhos se integrem às práticas da realidade ecológica. O trabalho pedagógico desenvolvido aqui é muito importante."

Já as oficinas de culinária, realizadas em parceria com um restaurante-escola localizado no próprio Senado, têm sido uma atividade relevante para despertar nas crianças o interesse pelos processos culinários e para a importância da alimentação saudável, haja vista que essas aulas estimulam o prazer pelo alimento natural e a diversidade de sabores.

E não para por aí. Há também oficinas de fotografia para os filhos adolescentes dos funcionários do Senado.



Prata Gladys Wahrenborg



Fábio Cavallho



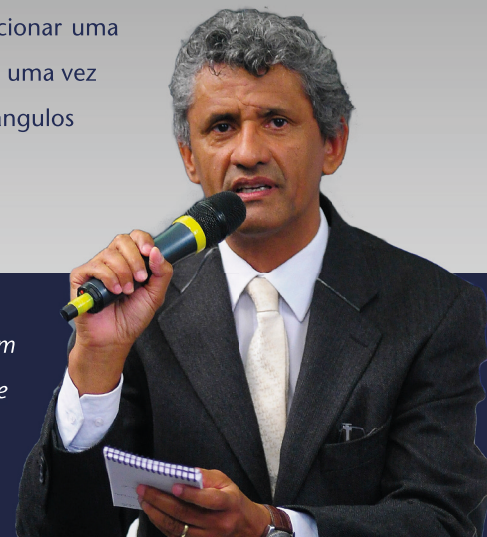


A ideia da oficina, além de ensinar técnicas básicas de fotografia, é proporcionar uma confraternização e maior aproximação entre os funcionários e seus familiares, uma vez que os pais vão supervisionando e procurando, junto aos filhos, os melhores ângulos para o registro dos ambientes do Senado.

O fotógrafo João Rios acompanha o grupo para dar dicas.



“A intenção é tornar a Casa mais humanizada. Os colegas com conhecimento em fotografia vão instruir e ajudar os jovens. Passearemos pelo Senado e mostraremos ambientes que podem dar uma boa foto, junto com ideias básicas de composição.”



Para o servidor André Leite, da Consultoria Legislativa, essa foi uma oportunidade para o filho Davi ter um novo olhar sobre o Senado.

“Davi gosta de tirar fotos. Achei que era uma boa oportunidade para ele conhecer o Senado tirando fotos, uma proposta diferente.”



Fernanda Stumpf/Comunicação Interna



Inclusão como ferramenta de transformação social

Impressão em Braile

O Senado Federal foi o primeiro parlamento do mundo a manter, em suas instalações, um sistema de impressão em braile, linguagem especial para deficientes visuais. O serviço foi inaugurado em 1998 e, até hoje, é o único dessa natureza realizado por uma gráfica pública no Brasil. Em nosso país, existem mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo 582 mil cegas e 6 milhões com baixa visão.

Com 35 títulos já publicados em braile, a linha editorial da secretaria engloba a legislação federal, como a Constituição e o Código de Defesa do Consumidor, além das normas legais específicas para as pessoas com deficiência visual. As publicações do Senado não podem ser doadas para pessoas físicas, apenas para outros órgãos públicos. O Brasil atende solicitações de todos os estados brasileiros, e de países estrangeiros, como Portugal.

A impressão em braile tem por objetivo promover a inclusão social, democratizar a informação e cumprir as diretrizes da Lei de Acessibilidade. A equipe de trabalho que formata, imprime e revisa os impressos em braile é composta, em sua maioria, por servidores com deficiências visuais.

Daniela Ferreira, revisora de publicações em braile, e deficiente visual, conta um pouco sobre a importância do trabalho que desenvolve.

“É gratificante proporcionar independência e, ao mesmo tempo, levar ao deficiente visual conhecimento e estudo. Isso permite que nós, com deficiência visual, tenhamos o mesmo conhecimento de uma pessoa vidente acerca das obras legislativa e judiciária do nosso país, trazendo a valorização da leitura e escrita braile perante a sociedade.”



Para o diretor da Gráfica, Fabrício Ferrão, a importância desse serviço é inestimável, tendo em vista não haver outra instituição que disponibilize, a órgãos públicos, materiais dessa natureza.



“É importante nosso ineditismo nesse processo, pois não há gráficas públicas oferecendo legislação em braile. Com publicações sem apelo comercial, o Senado cumpre seu papel social, promovendo o acesso às obras de modo facilitado, atingindo várias camadas da sociedade.”

“Não tínhamos qualquer exemplar em braile. Agora teremos uma seção de livros em braile na biblioteca, disponível para os alunos da Faculdade de Educação e para o Laboratório de Pesquisa em Educação e Práticas Pedagógicas, e poderemos também planejar e oferecer cursos. Abriu-se um canal interessante e outras pessoas ficaram sabendo e já estão nos procurando. Esse material chega com uma força muito grande, pela questão social e o caráter educativo.”



A Universidade de Brasília foi uma das instituições que receberam uma doação de 303 exemplares de 70 títulos em braile. A professora da Universidade de Brasília Bianca Córdova, especializada em Libras e com um trabalho voltado para inclusão de pessoas com deficiência visual, manifestou satisfação em poder trabalhar com material em braile, uma carência daquela unidade.

♦ INÍCIO

O braile, também conhecido pelo nome de anagliptografia, é um sistema de escrita em relevo para os cegos lerem através do tato, inventado pelo francês Louis Braille (1809-1852). O próprio inventor era cego.



VOLTAR ♦ PRÓXIMA



Senado Federal se empenha cada vez mais na inclusão de pessoas com deficiências no quadro de estagiários e jovens aprendizes

O estágio pode ser a porta de entrada para o primeiro emprego. Ele proporciona um contato direto com profissionais experientes. No Programa de Estágios do Senado Federal, um dos objetivos é promover a integração entre os âmbitos acadêmico e profissional do estagiário, de modo a complementar o aprendizado acadêmico, cultural e de relacionamento humano dos jovens.

O Senado brasileiro, desde 2006, demonstra sua preocupação com a questão da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência, com a criação da Comissão Permanente de Acessibilidade. Por intermédio dessa Comissão, o Senado planeja e executa suas ações com o intuito de adequar a Casa aos dispositivos legais e normas sobre acessibilidade. Uma dessas ações é o programa Senado Inclusivo.

A instituição, visando à inclusão de pessoas com deficiência em seu quadro de pessoal, dispõe de metas internas, dispostas no Plano de Acessibilidade do Senado Federal. O Plano é uma ferramenta de planejamento que tem por objetivo promover a inclusão plena das pessoas com deficiência, em condições de igualdade, para garantir o reconhecimento e a efetivação dos seus direitos.

No Senado, 10% das vagas de cada processo seletivo são reservadas para candidatos portadores de deficiência física. Atualmente contamos com 38 estagiários com algum tipo de deficiência, em um universo de 595 vagas de estágio autorizadas, representando 6,3% das atuais contratações. Em 2014, eram 3 estagiários com deficiência.

Situação igual ocorre entre os jovens aprendizes.

A implantação, no Senado Federal, do Programa Menor Aprendiz, é uma ação concreta de apoio à cidadania, especialmente de apoio aos adolescentes cidadãos em fase de desenvolvimento e de formação.

A Casa possui 200 vagas para jovens aprendizes e há 140 jovens contratados, sendo reservadas 10% (dez por cento) dessas vagas aos jovens com deficiência, caso haja candidatos nessas condições no processo de recrutamento e seleção, conforme disposto em lei. Atualmente o Senado Federal conta com 2 (dois) jovens aprendizes com deficiência (PcD).



No Senado são oferecidos ao estagiário e ao jovem aprendiz PcD mecanismos de adaptação ao ambiente de trabalho, tais como:

- Mobilidade: Carro comum ou adaptado para transporte de pessoas com deficiência;
- Interpretação em libras e legenda em tempo real: acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva;
- Audiodescrição: acessibilidade para pessoas com deficiência visual;
- Material em braile: impressão de publicações em braile;
- Reformas e Obras: adaptação de banheiro, execução de rampa, vagas especiais e etc.;
- Acompanhamento do processo de estágio: encontro com a equipe ou com o supervisor para tirar dúvidas relacionadas à deficiência (antes ou depois da seleção);
- Visita ao local do estágio para verificar as condições de acessibilidade;
- Apoio ao setor para solicitar as aquisições ou intervenções necessárias;
- Ações educativas.

A inclusão de pessoas com deficiência entre os estagiários e jovens aprendizes tem crescido significativamente nos últimos anos. Entre 2014 e 2018, o quantitativo de estagiários cresceu 27,66%, enquanto a porção destes com algum tipo de deficiência teve uma expansão de mais de mil por cento.

Estagiários

■ PcD ■ Total



A estagiária Ana Carolina, que atua no serviço de estágios, destacou a relação com a instituição:

“O estágio do Senado Federal me fez muito bem, como pessoa e como profissional, pois me deu muita oportunidade de aprender e também passar adiante o que eu já tinha conhecimento. Meus supervisores me permitem ter iniciativa, acreditando no meu potencial e confiando trabalhos a mim, fazendo com que eu me sinta à vontade no local de trabalho.”



Liga do Bem: todos juntos por um mundo melhor



Com o objetivo de motivar os colegas a ajudar em causas sociais e participar de ações beneficentes promovidas pela Casa, em 2015, um grupo de servidores, ativos e aposentados, e colaboradores do Senado Federal criou um grupo de voluntariado chamado LIGA DO BEM.

A sugestão nasceu a partir da ideia de servidores em uma reunião do Manhã de Ideias, programa que criou um canal de comunicação direta entre servidores e funcionários com a direção da Casa.

O marco inicial da LIGA foi o Natal Solidário, em 2015, com uma grande campanha na qual realizamos doações de cestas básicas de alimentos a comunidades carentes.

A servidora Patrícia Seixas, uma das coordenadoras do grupo, conta um pouco sobre a importância do grupo:



“A importância da Liga do Bem é fazer a diferença na vida de algum ser humano, é trazer alegria, amor, aconchego. É ter a oportunidade, perto de nós, no nosso trabalho, lugar que passamos grande parte do nosso tempo, de ajudar quem precisa. Quando criamos a Liga, pensamos nos Super Heróis de hoje. Com tantas ações concretizadas, após ver o brilho no olhar de crianças, de adolescentes, de idosos, posso falar que cada um de nós é realizador de sonhos.”



A Campanha do Agasalho, realizada anualmente meses antes da chegada do inverno, arrecadou, em 2018, mil itens, entre agasalhos, cobertores, sapatos, blusas e roupas íntimas. As peças foram encaminhadas para o Banho do Bem, projeto que atende pessoas sem teto.



No mês das crianças, a Liga do Bem faz campanha para arrecadar brinquedos, roupas, calçados e outros itens para instituições em regiões carentes da cidade. Em um desses lugares, a diretora da escola Lívia Amorim ressaltou que os funcionários da escola estavam aflitos, pois não sabiam como iriam proporcionar uma festa do Dia das Crianças para os cerca de 80 alunos.



"A participação do Senado foi fundamental. A escola é muito carente e a gente não tinha condição financeira de dar essa festa para as crianças. Eles sonham com os brinquedos. Não tem nem como descrever essa ação."



Desde sua criação, todos os anos o grupo de voluntários tem-se reunido em inúmeras causas sociais.

Em 2018, a Liga arrecadou 100kg de chocolate para a Campanha da Páscoa, doados a crianças carentes do Distrito Federal.



A Diretora-Geral, Ilana Trombka, foi uma das primeiras servidoras a participar da ação

Em outra iniciativa, foram doados 382 lenços, 3 apliques de cabelo e 1 peruca para a Campanha do Lenço, em parceria com o Comitê Meninas do Brasil e o Grupo Mulheres do Brasil. As doações foram entregues à Rede Feminina de Combate ao Câncer no Instituto Hospital de Base, maior hospital público do Distrito Federal.

O servidor aposentado Wesley Gonçalves é um dos fundadores do grupo e relata sua experiência como voluntário.

“Eu me sinto profundamente satisfeito ao ver a respostas das pessoas, das comunidades, das crianças aos materiais e aos serviços que disponibilizamos a eles. Os sorrisos, as lágrimas, os agradecimentos nos alegram, nos engrandecem, nos honram, nos enobrecem. É engraçado como eu me torno uma pessoa mais forte para enfrentar os desafios da vida. Acredito que essas experiências de ajuda ao próximo afetou positivamente no convívio com meus colegas de trabalho. Aprendemos a aceitar, conviver melhor com as nossas diferenças.”





Para o Natal, a Liga estabeleceu uma parceria com os CORREIOS, empresa pública brasileira que opera a entrega e o envio de correspondências no país e que, anualmente, recebe cartas de crianças carentes de instituições públicas do Distrito Federal e de todo o Brasil e as disponibiliza para órgãos públicos e pessoas que desejem atuar como Papai Noel.

A Campanha de 2018 do Natal Solidário no Senado Federal conseguiu rapidamente totalizar 521 cartinhas adotadas por servidores da Casa. Essa é a iniciativa que conta com a maior adesão no Senado, ação que lhe rendeu, inclusive, homenagem pelos próprios Correios por já ter beneficiado mais de 800 crianças carentes que participaram do programa.



Visitas Oficiais

Estamos convencidos de que a cooperação entre os parlamentos é fundamental para zelar pela democracia e fazer cumprir a lei. Com esse entendimento, as casas legislativas trocam cada vez mais informações além das fronteiras de seus países.

A compreensão internacional, solidariedade transfronteiriça e cooperação dos corpos técnicos parlamentares são importantes elementos para a consolidação de um compromisso internacional. O intercâmbio entre parlamentos oferece aos participantes uma visão geral da estrutura e dos procedimentos da administração das casas legislativas ao redor do mundo.

Nesse espírito, o Senado Federal recebeu, neste ano, a visita de duas delegações internacionais. No primeiro semestre, em junho, recebemos uma delegação da República do Paraguai, que desejou conhecer nosso sistema de compras e contratações.

A mais recente visita, do parlamento de Israel - o Knesset, aconteceu durante dois dias, no mês de setembro, com vistas a conhecer a experiência do Senado brasileiro nas áreas de acessibilidade, segurança, visitação pública e política de gênero.



Delegação Paraguuaia

O Paraguai é parceiro fundamental do Brasil na América do Sul. A aproximação com o país, assim como a integração no âmbito regional, tem sido muito benéfica para o Brasil e tem contribuído para atingirmos os objetivos em comum de desenvolvimento econômico e social. Brasil e Paraguai são também parceiros no Mercosul, visto que ambos são membros plenos e fundadores da organização intergovernamental.

Foi aproveitando as boas relações entre nossos países que o Senado Federal, representado pela Diretora-Geral, recebeu este ano a honrosa visita de uma comitiva da República do Paraguai, que incluía Angel Aquino, assessor do presidente paraguaio, Mário Abdo Benítez, para apresentar a evolução da gestão corporativa e o sistema de compras e contratações do Senado.

A Diretora-Geral ressaltou que a ênfase no planejamento tem promovido bons resultados, como economia de recursos, diminuição das contratações emergenciais, redução das faltas motivadas por doenças, gestão sustentável e mais acessibilidade na Casa.

Angel Aquino elogiou o sistema do Senado ao destacar a importância da integração entre Brasil e Paraguai.

“Queremos replicar no Paraguai esse modelo de compras e contratações bem-sucedido usado no Brasil. Me impressionou a transparência do Senado Federal e o sistema eficiente de compras.”



O diretor-geral adjunto de Contratações, Wanderley Rabelo, a diretora geral, Ilana Trombka, e Angel Aquino, assessor do presidente paraguaio no Senado durante apresentação da Sra. Trombka



Delegação de Israel

Devido à presença de significativa comunidade judaica no Brasil, estimada em mais de 100 mil pessoas – a décima maior do mundo – e às relações profícuas entre Israel e Brasil, marcadas pela cordialidade e por cooperação em vários setores, nosso país tem-se mostrado especialmente relevante para os israelenses.

Celebrando essa parceria histórica, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados tiveram a satisfação de receber, pela primeira vez, uma comitiva do parlamento de Israel. Servidores da alta administração, chefiados pelo Diretor-Geral Albert Sakharovich, estiveram no Congresso Nacional para conhecer um pouco das ações sobre acessibilidade, segurança, política de gênero e visitação desenvolvidas pelas duas Casas legislativas do Brasil. O objetivo da primeira reunião da Alta Administração dos Parlamentos do Brasil e de Israel foi permitir a troca de experiências nessas áreas.

A vinda da delegação israelense foi uma retribuição à visita semelhante que servidores do Congresso Nacional, entre eles os Diretores-Gerais das duas Casas Legislativas, fizeram em fevereiro deste ano a Jerusalém.

Os representantes brasileiros participaram de um debate internacional durante a Conference for Heads of Parliamentary Administration, que reuniu 29 países. Na ocasião, apresentaram as iniciativas adotadas no Senado e na Câmara dos Deputados para a acessibilidade de pessoas com deficiência, além dos projetos socioambientais e de equidade de gênero.



Foto oficial dos participantes da Conference for Heads of Parliamentary Administration, realizada este ano em Jerusalém.

Durante a visita israelense a Brasília, a Diretora-Geral do Senado Federal, Ilana Trombka, apresentou à delegação do Knesset informações sobre o sistema bicameral do parlamento brasileiro e sobre a estrutura funcional do Senado.

A diretora lembrou que nos dois anos iniciais de sua gestão, a preocupação foi remodelar os sistemas de compra e contratação da Casa, trabalho que foi elogiado pelos órgãos de fiscalização e controle do país.

Os israelenses também conheceram as ações do Senado na luta pelos direitos das mulheres e defesa da igualdade de gênero. O assunto é uma questão que preocupa os parlamentos dos dois países. O encontro durou dois dias, com visitas técnicas e discussões sobre segurança e acessibilidade no primeiro dia.

Ao final do evento, já no segundo dia, a delegação teve algumas horas de programação turística pelos pontos principais da capital federal brasileira, como a Catedral de Brasília e a residência oficial do Presidente da República, todos projetos do famoso arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer.

Um dos momentos altos da visita foi o passeio feito ao topo da torre do Anexo I da Câmara dos Deputados, local perfeito para uma vista panorâmica da cidade a 100 metro de altura.

O Diretor-Geral do Knesset, Albert Sakharovich, destacou a importância do encontro e a beleza da cidade.



“Não tenho dúvida de que foi a decisão certa de vir para cá. Este primeiro encontro foi importante pela relação pessoal e de trabalho.

Sobre Brasília, ele disse:

“É uma vista única. Diferente de qualquer capital que eu tenha visitado.”



Delegação de Israel conhece a Catedral de Brasília.



Comitiva israelense se reúne com Diretora-Geral do Senado Federal e servidores que participarão da Primeira Reunião da Alta Administração dos Parlamentos de Israel e Brasil.



Delegação de Israel visita o Plenário da Câmara dos Deputados.



Comitiva de Israel com aparatos de segurança, subida no topo do anexo 1 da Câmara dos Deputados.

Exemplos de boas práticas no parlamento

Em um cenário econômico desafiador, as organizações buscam investir cada vez mais no capital humano como um de seus recursos mais importantes, ao tempo em que envidam esforços na racionalização e melhoria de seus processos. Conheça agora algumas boas práticas realizadas no Senado Federal.

**Adoção de Tótems com
Informações Técnicas**

ACESSE O VÍDEO

**Outsourcing
Contratação de Serviços**

ACESSE O VÍDEO

SGIDOC em Ação

ACESSE O VÍDEO

**Tecnologia Aplicada às
Contratações**

ACESSE O VÍDEO

Reuniões Setoriais

ACESSE O VÍDEO

♦ INÍCIO

♦ VOLTAR



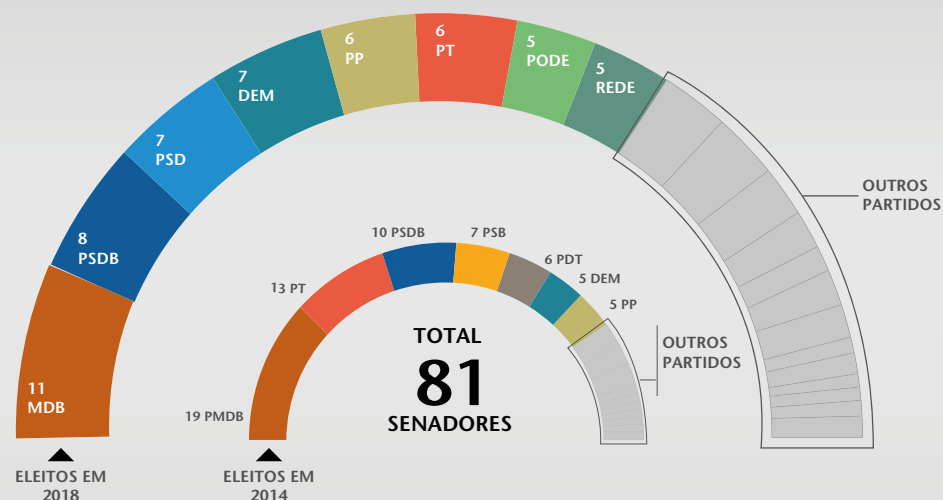
Entenda como funciona a estrutura do Estado brasileiro

Brasil é uma República Federativa Presidencialista, formada pela União, estados, Distrito Federal e municípios, em que o exercício do poder é atribuído a órgãos distintos e independentes, submetidos a um sistema de controle para garantir o cumprimento das leis e da Constituição.

A União está dividida em três poderes, independentes e harmônicos entre si. São eles o Legislativo, que elabora leis; o Executivo, que atua na execução de programas ou prestação de serviço público; e o Poder Judiciário, que soluciona conflitos entre cidadãos, entidades e o Estado.

O Brasil tem um sistema pluripartidário, ou seja, admite a formação legal de vários partidos. Atualmente existem 35 partidos políticos registrados no país. Desses, 15 tem representatividade no Senado Federal. Entretanto, os resultados das eleições gerais deste ano apontam que a Casa começará a próxima sessão legislativa com 21 legendas.

A Nova Composição do Senado



O Senado Federal

O Poder Legislativo Federal é bicameral. Ele é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe de duas casas legislativas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

A função de legislar

A função típica de legislar diz respeito à edição de atos normativos primários, que são aqueles cujo fundamento decorre diretamente da Constituição Federal, e que podem instituir direitos ou criar obrigações.

O conjunto ordenado de atos por que passa a proposição normativa, até que se torne uma norma, é chamado de processo legislativo.

O processo legislativo compreende a elaboração de Emendas à Constituição; Leis complementares; Leis ordinárias; Leis delegadas; Medidas provisórias; Decretos legislativos e Resoluções.



Fachada do Congresso Nacional ao entardecer.



A função de fiscalizar

Por um princípio republicano, os cidadãos — diretamente ou por meio de seus representantes eleitos — podem fiscalizar o governo, verificando a adequada aplicação dos recursos públicos e o respeito às normas.

Conforme a Constituição Federal, o Senado Federal, como componente do Congresso Nacional, tem a competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. Mediante controle externo, o Congresso Nacional deve realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta. No cumprimento dessa função, o Congresso Nacional conta ainda com o apoio do Tribunal de Contas da União.

A Constituição Federal e o Regimento Interno do Senado Federal preveem várias formas de os senadores atuarem na fiscalização. Algumas delas são:

- Requerer informação a ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República.
- Apreciar contas da Presidência da República.
- Fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo.
- Avaliar políticas públicas.
- Constituir comissões parlamentares de inquérito (CPI).



Ana Vélper / Senado

Vista da parte superior do prédio do Congresso Nacional



Competências privativas do Senado Federal

O Senado Federal possui competências privativas previstas constitucionalmente.

São algumas delas:

- Processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os ministros de Estado e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;
- Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição, a escolha de, por exemplo, magistrados da Suprema Corte, procurador-geral da República e chefes de missão diplomática de caráter permanente (embaixadores).

- Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Fixar, por proposta do presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;
- Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.



Praça dos Três Poderes



Composição

As funções do Senado Federal são exercidas pelos 81 senadores da República, que são eleitos segundo o princípio majoritário para representarem os estados e o Distrito Federal. Cada estado e o Distrito Federal elegem três senadores para um mandato de oito anos.

A renovação da representação se dá a cada quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Cada senador é eleito com dois suplentes. Diferentemente da Câmara dos Deputados, cujo parlamentar precisa ter idade mínima de 21 anos, no Senado o candidato precisa ter, no mínimo, 35 anos.

Sessões

O Congresso Nacional funciona em legislaturas, que duram quatro anos. A cada ano, ocorre uma sessão legislativa ordinária, em 2 períodos: de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.



Órgãos

Para exercer suas atribuições, o Senado se organiza em órgãos colegiados.

Os principais são o Plenário e as comissões.

No Plenário, ocorre a reunião de todos os senadores. É a instância máxima de deliberação. Seus trabalhos são dirigidos pela Mesa (Comissão Diretora), que é composta de presidente, dois vice-presidentes, quatro secretários titulares e quatro suplentes. Todos eleitos para mandato de dois anos.

As comissões podem ser permanentes ou temporárias. As permanentes são definidas no Regimento Interno, que estabelece sua quantidade, composição e área temática. As temporárias têm suas características definidas no respectivo ato de criação.

Dentre as atribuições específicas das comissões, destacam-se a competência para apreciar terminativamente, isto é, dispensada a atuação do Plenário, algumas proposições e para investigar fato determinado no âmbito de comissão parlamentar de inquérito.

Entre os outros órgãos do Senado, estão blocos, lideranças, Corregedoria, Ouvidoria, procuradorias, fóruns, conselhos, frentes e grupos.



Plenário do Senado Federal



Expediente

Redação, edição de textos e revisão: Fabrício Côrtes e Marília Serra

Colaboradora: Ana Paula, Felipe Caio, Yosselin Maria e Jéssica July

Fonte: Comunicação Interna do Senado Federal

Diagramação e arte: Thomás Côrtes

Tradução: Serviço de Tradução e Interpretação do Senado Federal

Fotos: Agência Senado

Diretora-Geral do Senado Federal do Brasil: Ilana Trombka

